

Censura e James Joyce: a publicação de *Ulisses* nos Estados Unidos e na Europa

Camille Vilela-Jones¹

Resumo: *Ulisses* é um dos livros mais conhecidos do cânone ocidental. No entanto, sua fama se deve não só à qualidade da escrita de James Joyce, mas também à proibição de sua publicação em vários países ao redor do mundo. Talvez a sua entrada mais importante foi no mercado literário americano, uma saga de mais de vinte anos contra os órgãos de censura locais. Inicialmente publicado em série na revista literária americana *The Little Review*, não demorou para que uma das edições fosse censurada devido a trechos de *Ulisses*. Barrado então nos Estados Unidos, Joyce procurou editoras na Europa. Depois de várias recusas, a publicação de *Ulisses* finalmente aconteceu em fevereiro de 1922 através de Sylvia Beach, dona de uma livraria parisiense chamada *Shakespeare and Company*. Mesmo publicado na Europa, o romance não seria autorizado nos Estados Unidos antes de 1934. O aceite americano foi importante devido à influência de tal mercado literário internacionalmente, já que logo depois de 1934 outros países consequentemente removeram suas restrições contra o romance. A jornada da publicação de *Ulisses* ilustra os males da censura literária e evidencia o papel fundamental que diferentes mulheres tiveram na publicação desse importante clássico irlandês.

Palavras-chave: *Ulisses*; Joyce; censura; modernismo.

Introdução

Inúmeros clássicos da literatura viram suas publicações serem proibidas e removidas da circulação pública ao longo dos anos. Um dos casos mais célebres é o de *Ulisses*, de James Joyce, publicado em 1922, na França. Depois de mais de uma década censurado, foi somente em 1934 que Joyce teve *Ulisses* finalmente publicado em solo americano. Tal abertura do país para a obra de Joyce foi seguida por várias outras nações. O próprio Joyce sabia da importância de ter seu livro publicado nos Estados Unidos e de sua influência em outros mercados internacionais. O prestígio e a relevância da abertura do mercado literário americano à obra de Joyce também determinariam a recepção e venda do livro em outros países e mercados. Se faz, então, necessária a observação e compreensão das condições dessa restrição e das dificuldades que Joyce encontrou ao tentar publicar sua obra neste país. Um marco no mundo literário, *Ulisses* é uma obra singular não só devido à escrita de Joyce, mas também à censura que sofreu.

¹ Camille Vilela-Jones é doutoranda em literatura inglesa na Florida State University. Anteriormente ela conquistou seu mestrado na Texas Tech University em linguística aplicada. O foco de estudo de Camille é unir esses dois campos dentro de uma ótica transnacional nas áreas de literatura comparada, literatura britânica e pós-colonialismo. Membro do conselho da Florida College English Association, ela atualmente também leciona na Florida State University em turmas de retórica e escrita, além de literaturas.

1. Publicando *Ulisses* lentamente

A publicação de *Ulisses* começou em 1918, enquanto Joyce ainda escrevia o romance, publicado em forma de livro em 1922. Os capítulos de *Ulisses* (comumente chamados de “episódios”) foram inicialmente publicados em série pela revista literária americana *The Little Review*, editada pelo casal Margaret Anderson e Jane Heap. O poeta Ezra Pound usufruía de certa influência sob a revista e recomendou às editoras a publicação do romance mais recente de Joyce. *The Little Review* era uma pequena revista literária cuja redação era sediada em Nova York. Suas publicações eram vanguardistas, feministas e até anarquistas, e muitos de seus leitores eram artistas (BIRMINGHAM, 2014, p. 88). Em 1917, Pound sugeriu para *The Little Review* o slogan “a revista lida por aqueles que escrevem outras revistas”, devido ao seu público da comunidade artista. A revista não tinha intenções comerciais e estava sempre à beira da falência. Era com frequência que suas editoras não conseguiam pagar os autores e sua circulação era pequena, vendendo em torno de dois mil unidades por publicação (GOULDING, 2005, p.44). Por várias vezes, outras revistas literárias emprestavam dinheiro ao *The Little Review* para evitar que fechasse as portas. Apesar de sua pequena circulação, *The Little Review* era conhecida dos escritores e forneceu apoio e publicação a vários escritores modernistas, principalmente aos poetas de vanguarda.

Ao ler as primeiras páginas do manuscrito de *Ulisses*, Margaret Anderson declarou uma frase que se tornaria famosa: “essa é a coisa mais linda que teremos, eu chorei. Nós o publicaremos nem que seja o último feito de nossas vidas” (LINTZ, 1967, p.66). Sua publicação iniciou-se em março de 1918. Margaret Anderson era então responsável por adquirir as notas de direito autorais de *Ulisses*. Robert Spoo (1998) menciona o Ato de Direitos Autorais de 1909 dos Estados Unidos, que dizia que uma obra não teria nenhuma proteção se não obtivesse a nota de direitos autorais em cada cópia do livro. Essas cópias deveriam ser levadas ao escritório de Direitos Autorais dos Estados Unidos e uma declaração de direito autoral deveria ser ali registrada (1998, p. 638). Os problemas de *Ulisses* com as autoridades americanas começaram então, pois não há confirmação de que Anderson tenha sempre adquirido uma declaração de direitos autorais para a publicação de cada episódio de *Ulisses* em *The Little Review*. De acordo com os arquivos do escritório de Direitos Autorais pesquisados por Spoo, existem apenas provas de que Anderson tenha cumprido com todos os requerimentos de direitos autorais referentes às primeiras quatro das 23 edições da revista que em que foram publicados episódios de *Ulisses* (SPOO, 1998, p. 636-637). Essa negligência da revista teria consequências para os direitos autorais de Joyce sob *Ulisses* mais tarde em solo americano.

2. *Ulisses* no tribunal americano

Em 1922, três instituições legais nos Estados Unidos foram responsáveis por barrar a circulação de vários livros modernistas, inclusive *Ulisses*: os estatutos de obscenidade, os poderes da alfândega e de agentes dos correios e a lei de direitos autorais (SPOO, 2011, p.634). Esses três aspectos da censura americana, em conjunto, colaboraram para que *Ulisses* não pudesse ser publicado no país por mais de uma década.

Pound várias vezes criticou as autoridades americanas dizendo que a lei de direitos autorais nos Estados Unidos “foi originalmente criada para favorecer o mercado de impressão, o que custaria a vida intelectual do país” (READ, 1970, p. 45). A proibição de *Ulisses* nos Estados Unidos ilustra perfeitamente a crítica de Pound e expõe as várias falhas das autoridades americanas mediante o mercado internacional literário.

Na época, os Correios americanos exerciam grande poder legal na nação. Birmingham (2014) conta que “cidades pequenas tinham uma loja de Correios antes mesmo de ter cemitérios”, e que elas eram instaladas antes mesmo de rodovias e telefones (BIRMINGHAM, 2014, p.109). Em 1919, as autoridades dos Correios dos Estados Unidos confiscaram três edições do *The Little Review* que continham episódios de *Ulisses*. Esses confiscos resultaram na perda da taxa de envio especial de que a revista usufruía por ser uma publicação não-comercial.

Essa não foi a primeira vez que *The Little Review* teve uma edição removida de circulação. Spoo realça que em 1917, a revista já havia sido censurada pelo diretor-geral dos Correios da cidade de Nova York devido a um conto de Wyndham Lewis considerado “obsceno, lascivo e libertino”. Tais edições não poderiam ser levadas ao escritório de Direitos Autorais. Os problemas de *The Little Review* se intensificaram em 1918, quando a partir de então não se têm mais provas de registros de direitos autorais sob o nome da revista ou de suas editoras (SPOO, p.637), o que provavelmente motivou a classificação dos Correios de várias edições da revista como obscenas. Com a reputação de publicações obscenas, o escritório de Direitos Autorais poderia se recusar a registrar declarações de direitos autorais, o que provavelmente aconteceu com a pequena revista literária.

Finalmente, em 1920, o secretário da Society for the Repression of Vice de Nova York, uma instituição criada para a fiscalização e supervisão da moral pública, apresentou uma queixa oficial às editoras da *The Little Review* devido à uma cena no episódio “Nausícaa”, na qual o personagem Leopold Bloom se masturba. O Court of Special Sessions de Nova York, que lidava com delitos menores, julgou as editoras como culpadas por publicar obscenidades dentro do código penal do estado. Cada uma foi

multada com cinquenta dólares, uma sentença leve (SPOO, 2011, p. 70). Elas também entraram em um acordo de não continuar a publicar *Ulisses* na *The Little Review*. Essa foi a primeira vez que *Ulisses* sofreu uma condenação formal em um tribunal americano.

Antes do caso de obscenidade em *Ulisses* ser julgado pela corte americana, o editor estadunidense B.W. Huebsch já tinha demonstrado interesse em publicar *Ulisses* como um livro completo em solo americano. Huebsch já havia publicado outras obras de Joyce no país e anos depois faria o mesmo com *Finnegans Wake*. O resultado do julgamento, no entanto, o fez retirar a sua proposta. Em uma carta para o advogado das editoras, John Quinn, ele disse que somente publicaria a obra “se mudanças fossem feitas ao manuscrito. Se Joyce se negar a fazer as alterações, eu terei que negar a sua publicação” (SPOO, 1998, p.638). Joyce continuou a recusar a realizar alterações ao seu livro. Huebsch argumentou que publicar primeiro o livro fora dos Estados Unidos custaria a Joyce seus direitos autorais nos Estados Unidos “porque isso deixaria o livro aberto para a pirataria” em solo americano (JOYCE, 1966, p. 210). Diante a tantas dificuldades em ter sua obra publicada nos Estados Unidos e no Reino Unido, Joyce e Weaver buscaram em Paris outras opções de publicação. Nesse momento, tornou-se relevante e crucial a editora Sylvia Beach e sua livraria, a Shakespeare and Company.

3. A Shakespere and Company

Sylvia Beach nasceu nos Estados Unidos, na cidade de Baltimore, mas morava em Paris. Beach gostava dos escritores e textos de sua época e ente os seus amigos estavam os vanguardistas T.S. Eliot, F. Scott Fitzgerald, Ezra Pound, William Carlos William e Ernest Hemingway, todos escritores modernistas em voga na época (LITZ, 1967, p. 64). Ela também tinha como amigos escritores franceses e Adrienne Monnier, gerente de outra livraria perto da Shakespeare and Company. Juntas, Beach e Monnier publicariam *Ulisses* em Paris.

Beach e Joyce se conheceram em julho de 1920 na casa do poeta André Spire (BIRMINGHAM, 2014, p. 150). No dia seguinte, o escritor visitou a livraria de Beach e ficou intrigado com o seu nome. Sob o patrocínio de Pound, Joyce havia se mudado naquele mesmo ano para Paris, onde morava com a sua família em um alojamento temporário. Beach o apresentou a Valery Larbaud, renomado escritor, tradutor e crítico francês, que ficou encantando com a escrita de Joyce. O entusiasmo por *Ulisses* era compartilhado por Beach, que escreveu em uma carta para a sua mãe as boas novas: “está decidido. Eu vou publicar *Ulisses* do James Joyce em outubro!!! (...) *Ulisses* significa milhares de dólares em publicidade para mim.” (LITZ, 1967, p.68). Em outra carta a sua irmã Holly,

Beach também compartilhava de sua felicidade: “*Ulisses* vai deixar minha livraria famosa. A publicidade já está começando e várias pessoas estão visitando a livraria ao saber da novidade. (...) A maioria das lojas em Paris estão fechando, mas o lucro da Shakespeare and Company está aumentando a cada dia” (BEACH, 2011, p. 187). Beach sabia que ao publicar *Ulisses* ela estaria publicando um grande marco literário e sua intenção era lucrar com seu lançamento através da publicidade do evento.

Beach contratou os serviços da gráfica usada por Monnier, Dijon, de Maurice Darantiere. Dijon era conhecida por seu capricho e Darantiere, que estava intrigado com o livro de Joyce, aceitou receber o pagamento depois que os pedidos dos leitores estivessem estabelecidos (LITZ, 1967, p. 70). Com a ajuda de Monnier, Beach divulgou um comunicado anunciando que *Ulisses* seria publicado no outono de 1921. Na segunda página do prospecto havia vários elogios feitos à obra, incluindo um de Pound. Apesar do preço elevado, pedidos por cópias do livro começaram a chegar. Weaver compartilhou com Beach a lista de leitores da *The Egoist* para que eles recebessem o informativo. Além disso, amigos parisienses de Beach e Joyce ajudaram na divulgação do livro. Beach tirou proveito de seus amigos escritores e pediu a eles ajuda para divulgar o lançamento da obra. Ao enviar o folheto aos americanos, Beach adicionava uma carta aos possíveis clientes, dizendo:

O Senhor Joyce adicionou tantos aspectos psicosssexuais ao seu texto que nossas autoridades puritanas nos Estados Unidos acharam necessário proibir o livro, dizendo que contém obscenidade e tendências afrodisíacas, sem considerar seus grandes méritos literários. Como a publicação de uma edição de *Ulisses* está, pelo menos motivos, fora de cogitação na Inglaterra, estou publicando na França o livro completo em uma edição limitada privada de mil cópias. Ainda existem alguns exemplares disponíveis, se for do seu interesse (BEACH, 2011, p. 132).

Devido à grande divulgação de Beach e Pound, *Ulisses* foi considerado um marco literário antes mesmo de sua publicação como romance.

4. Dificuldades na publicação

À medida que a data de publicação de *Ulisses* foi se aproximando, algumas dificuldades começaram a aparecer. Monnier descobriu uma loja à venda perto de sua livraria e como Beach já estava procurando um local mais conveniente e espaçoso para a Shakespeare and Company, aceitou fazer a mudança, que foi cara e dispendiosa e fez com que pouco dinheiro sobrasse para o evento de lançamento da publicação de *Ulisses* (LITZ, 1967, p.72).

Além disso, devido à saúde precária de Joyce (o escritor estava perdendo sua visão), serviços datilográficos foram necessários para a finalização de *Ulisses*. O autor sofria de irite, uma inflamação da íris. Devido à doença, Joyce passou por frequentes cirurgias na esperança de reverter sua situação. Birmingham relata que “ele enfrentou uma série de injeções, narcóticos e extrações de dentes (dezessete foram feitas, caso os dentes fossem a causa da doença), além de aplicação de tônicos, elétrodos e sanguessugas” (BIRMINGHAM, 2014, p. 9). Além de problemas com a vista, a incerteza de moradia e necessidade de alojamentos temporários também dificultavam o trabalho de Joyce. Vários incidentes com datilógrafos permeiam a história da publicação de *Ulisses*. Enquanto uma abandonou seu trabalho devido a uma doença na família, outra teve que interromper seus serviços porque seu marido ficou escandalizado pelas indecências do texto, ao ponto de rasgar várias páginas. Infelizmente, Joyce não tinha cópias das páginas rasgadas e precisou adquirir uma cópia do manuscrito original de seu advogado John Quinn que morava nos Estados Unidos, o que ocasionou em um grande atraso na entrega do manuscrito (LITZ, 1967, p.70).

Grandes complicadores na publicação de *Ulisses* foram as infinitas revisões que Joyce constantemente fazia ao seu texto. Ao se aproximar da finalização de sua obra, as revisões de Joyce se tornaram cada vez mais extensas. Um dos objetivos do autor era transformar o seu texto em um épico e fazê-lo enciclopédico, adicionando vários detalhes ao texto. Ao passar dos meses, ele acumulava livros e materiais de consulta para o desenvolvimento de sua obra. O penúltimo episódio, “*Ítaca*”, apresentou um crescimento de 300% desde seu rascunho original durante as revisões de Joyce (LITZ, 1967, p.73). Alguns episódios que já haviam sido publicados na *The Little Review* foram revisados e expandidos, além da inclusão de outros quatro episódios que nunca tinham sido publicados antes. Mais de trezentas páginas das 732 não tinham sido publicadas antes na *The Little Review* (SPOO, 1998, p. 640; LITZ, 1967, p.72). As constantes revisões de Joyce fizeram com que Beach adicionasse um prefácio na sua edição, justificando os vários erros tipográficos no texto dizendo: “a editora pede indulgência ao leitor pelos erros tipográficos que foram inevitáveis nessas circunstâncias excepcionais” (BEACH, 2011, p. 98).

5. A publicação de *Ulisses*

Mesmo com a data de publicação se aproximando, Joyce ainda editava suas revisões do episódio “*Ítaca*”. Enquanto isso, Monnier sugeriu que Larbaud, o escritor e tradutor francês que teria se encantado com os manuscritos de *Ulisses*, lesse seu texto que seria publicado em uma revista francesa no evento de lançamento como tática de publicidade.

Joyce conversou com Larbaud e mostrou o seu “esquema” de escrita que seria a base para o livro de Stuart Gilbert (1922) sobre Joyce. O autor também supervisionou as traduções das passagens que Larbaud lia no evento e conversou com o ator americano Jimmy Light, que lia parte do episódio “Sereias”. Para evitar que a população se escandalizasse com o texto, o panfleto anunciando o evento de lançamento continha uma advertência dizendo que algumas passagens que seriam lidas eram audaciosas e poderiam chocar a plateia (LITZ, 1967, p.73-74). O evento foi um sucesso e a publicação do livro vinha em seguida. Preocupado com a data que deveria parar de adicionar revisões ao seu texto, Joyce pensou em publicar sua obra no dia do seu aniversário. O autor escreveu a Weaver:

Existe uma coincidência dos meus livros com aniversários de conhecidos. *Um retrato do artista quando jovem* foi publicado em série dia 2 de fevereiro e terminou de ser publicado dia primeiro de setembro. Comecei *Ulisses* no dia primeiro de março (aniversário de um amigo meu, um pintor da Cornualha) e terminei no dia do aniversário do Mr. Pound, conforme ele me informou. Fico pensando no aniversário de quem *Ulisses* será publicado (LITZ, 1967, p.74-75).

Tendo em vista seu próprio aniversário – no segundo dia de fevereiro -, dia 30 de janeiro ele enviou suas últimas revisões e a última página foi recebida em Dijon dia 31 de janeiro. Darantiere fez duas cópias do livro e as colocou no trem que saía de Dijon com destino a Paris. Beach deu a Joyce uma das cópias no segundo dia de fevereiro de 1922. A nota de direitos autorais estava no nome de James Joyce (LITZ, 1967, p. 77). *Ulisses* havia sido publicado.

6. Idas e Vindas

Com a publicação de *Ulisses* na França, quinhentas cópias da obra foram apreendidas pelas autoridades da alfândega em Nova York no final de 1922. A publicação e censura de *Ulisses* deu margem à pirataria da obra em território americano. Em 1926 um editor de Nova York, Samuel Roth, começou a publicar episódios de *Ulisses* sem a autorização de Joyce em sua revista, *Two Worlds Monthly*. Ele chegou a publicar quatorze episódios e alguns acreditam que ele tenha publicado também uma versão pirata da nona edição do romance de Shakespeare and Company (SPOO, 1998, p. 660). Os advogados de Joyce nos Estados Unidos ganharam uma liminar impedindo que Roth e sua editora usassem o nome do autor para propaganda de sua revista. Roth só conseguiu publicar os episódios de *Ulisses* porque Joyce tinha conseguido uma medida de proteção das cortes

americanas contra o uso inadequado de seu nome; no entanto a medida não o protegia na questão dos direitos autorais de sua criação literária.

Joyce organizou um protesto em 1927 enviando uma carta a diferentes autores ao redor do mundo pedindo apoio contra Roth. Ele conseguiu mais de 160 assinaturas (SPOO, 1998, p.641). O documento dizia que a “apropriação e mutilação da propriedade do Mr. Joyce é feita sob proteção legal já que *Ulisses* foi publicado na França e foi banido pelos correios nos Estados Unidos, estando assim desprotegido de direitos autorais nos Estados Unidos” (JOYCE, 1966, p. 67). Apesar de ser compreensível a indignação de Joyce, é questionável a acusação de apropriação da propriedade intelectual de um autor quando essa propriedade não é protegida nacionalmente por direitos autorais. Mesmo depois do protesto de Joyce, Roth continuou a publicar sua versão pirata de *Ulisses* por mais um ano. A carta de Joyce finalmente chamou a atenção de autoridades, leitores e editores americanos. É curioso notar que Ezra Pound, no entanto, não assinou o protesto de Joyce por acreditar que o problema não era Roth, mas a estrutura das forças legais nos Estados Unidos que liberavam estatutos de obscenidade frequentemente contra livros modernistas, principalmente (POUND e JOYCE, 1970, p. 200).

Seis anos tinham se passado desde que o editor Huebsch tinha advertido Joyce contra uma publicação na França, dizendo que tal ação motivaria a pirataria de sua obra nos Estados Unidos (SPOO, 1998, p.633), o que de fato aconteceu. No entanto, se Joyce tivesse escolhido publicar *Ulisses* primeiro em solo americano, ele teria que eliminar várias passagens que seriam consideradas obscenas de seu texto. Apesar de não desfrutar de direitos autorais nos Estados Unidos, Joyce tinha feito sua escolha de publicar seu texto integralmente e sem alterações por pressões legais ao custo de edições piratas nos Estados Unidos.

7. As leis americanas

Em uma análise das leis americanas sobre livros estrangeiros, Spoo observa que sob a lei de direitos autorais de 1891 dos Estados Unidos, livros estrangeiros em qualquer língua poderiam ganhar proteção nacional somente se fossem publicados novamente por uma editora americana e se duas cópias da reimpressão fossem depositadas no escritório de Direitos Autorais antes ou na data da primeira publicação. Tal lei foi alterada em 1909 e limitada somente a livros em línguas estrangeiras (p.644). Já que livros em línguas estrangeiras teriam um público reduzido nos Estados Unidos, o mercado literário americano não sofreria muito com a proteção oferecida a esse tipo de leitura. Livros com um público-alvo maior já seriam traduzidos nos Estados Unidos de qualquer forma, o

que traria lucro para o mercado americano. O propósito legislativo por trás dessas leis era proteger a mão de obra americana da interferência estrangeira. O propósito principal não parecia ser a oferta de proteção para os autores. Os livros que não estavam de acordo com a lei não tinham proteção de direitos autorais, portanto, a lei era um solo fértil para a pirataria literária (p.645).

Livros publicados fora dos Estados Unidos em inglês eram parte de uma categoria separada, que recebia tratamento especial devido a chamada “seção de manufatura” da lei de 1909. Tais livros ainda teriam que ser impressos e manufaturados nos Estados Unidos. Uma vez que uma cópia da edição estrangeira chegava no escritório de Direitos Autorais dentro de sessenta dias de sua publicação no exterior, essa obra tinha proteção pelos consequentes quatro meses. Se dentro de tal prazo o autor conseguisse que sua obra fosse publicada por uma editora americana, a proteção de seus direitos autorais poderia se estender até vinte e oito anos (SPOO, 1998, p. 666). Porém essa lei provisória nem sempre funcionava. Se o autor perdesse o prazo de levar as cópias estrangeiras para o escritório de Direitos Autorais antes de 60 dias da publicação no exterior, ou se o prazo de quatro meses passasse sem a publicação americana da obra, o autor perdia a chance de desfrutar dos benefícios dessa lei provisória.

Robert Spoo argumenta que era necessário ter um conhecimento legal das leis de publicação americanas e prestígio literário. Sem uma reputação nos Estados Unidos, um autor estrangeiro poderia ter dificuldades de encontrar uma editora nos Estados Unidos disposta a publicar seu trabalho (p. 647). Quanto a James Joyce, devido às várias censuras de suas obras ao longo dos anos, sua reputação entre as editoras americanas não era das melhores, o que dificultaria sua publicação nos Estados Unidos. Quanto à lei provisória de 1909, Joyce perdeu o prazo, pois não há nenhuma evidência que o autor ou seus advogados tentaram obter uma licença temporária de quatro meses depois da publicação francesa de *Ulisses* (p. 645).

8. Publicação nos Estados Unidos

Dez anos depois da publicação de *Ulisses* na França, o diretor da editora Random House em Nova York, Bennett Cerf e Morris L. Ernst – notório advogado que constantemente lutava contra a censura americana – se uniram num esforço conjunto e conseguiram uma decisão favorável do juiz federal John M. Woolsey, que terminou por declarar, no caso “United States v. One Book called Ulysses” (5 F. Supp 182, 185, S.D.N.Y., 1933), que *Ulisses* era “nem de perto (...) um afrodisíaco”, o que finalmente permitiu sua publi-

cação nos Estados Unidos. Os primeiros exemplares do romance publicados pela Random House foram enviados para Cerf em 1934, que por sua vez levou dois exemplares para o Registro de Direitos Autorais e enviou o comprovante que provava a produção americana da edição da Random House (p.656). Os direitos autorais foram então registrados para a edição de Cerf. Na edição da Random House, Cerf publicou uma carta enviada por Joyce descrevendo os problemas que ele enfrentou para sua publicação em solo americano:

Eu não pude adquirir os direitos autorais nos Estados Unidos porque não pude cumprir os requisitos da lei de direitos autorais americana que pedia uma nova publicação nos Estados Unidos de qualquer livro em inglês publicado no exterior dentro do prazo de seis meses depois da data de publicação (JOYCE, 1966, p. 278).

A carta, porém, revelava que os direitos autorais adquiridos pela Random House eram ilusórios, já que Joyce confessou que não conseguiu cumprir os requisitos da lei americana; no entanto, houve poucos impedimentos nos diretos da Random House em publicar *Ulisses* nos Estados Unidos. A explicação para que a edição de Random House não fosse alvo de pirataria pode ser encontrada na tradição americana do século 19 de “cortesia de troca” que ocorria entre as editoras. Antes da lei de 1891 de direitos autorais não havia no país proteção legal contra a pirataria, portanto as editoras desenvolveram um código moral de conduta, portanto a primeira editora que publicasse um livro em território nacional não deveria ser alvo de pirataria pelas concorrentes. Tal código comportamental se desenvolveu no século 19 durante a “era da pirataria, quando vários livros de vários países europeus, mais precisamente romances ingleses, foram apropriados e publicados em grande quantidade” nos Estados Unidos (TEBELL, 2003, p. 320). Se alguma editora quebrasse esse código de conduta, Ellickson diz que havia “punições como fofoca negativa e ostracismo para disciplinar os malfeitores, além de recompensas financeiras e a expansão de oportunidades de troca para recompensar” (1998, p. 540) aqueles que seguissem o código de conduta.

As estratégias de protesto de Joyce e seus advogados também ajudaram a impedir tentativas consequentes de *Ulisses*. A carta de protesto contra Roth enviada internacionalmente e sua segunda carta anexada à edição de *Random House* danificaram a reputação de Roth e lembrar aos leitores e editores das injustiças e perseguições sofridas pelo autor. Além disso, as ações de Joyce também mostraram que ele estaria disposto a divulgar o nome de editoras piratas na comunidade internacional, o que poderia danificar as oportunidades de comércio de qualquer editora, devido às amizades influentes de Joyce.

Conclusão

Para publicar *Ulisses* não só nos Estados Unidos, mas também na Europa, James Joyce precisou recorrer às suas amizades dentro do mundo literário. Enquanto Ezra Pound o ajudou a ter alguns episódios publicados inicialmente na revista literária *The Little Review*, foi através do poeta André Spire que Joyce conheceu Sylvia Beach, que fez da publicação da obra seu objetivo principal.

Grande foi, portanto, a importância das mulheres no mundo literário durante a era modernista e na publicação de *Ulisses*. As editoras de *The Little Review*, Weaver de *The Egoist*, Beach com sua livraria *Shakespeare and Company* e Monnier com seu conhecimento da Dijon, todas contribuíram e auxiliaram Joyce e escritores e poetas modernistas na publicação e divulgação de suas obras, sendo de fundamental importância no mercado literário como foi o caso de *Ulisses*. Foram mulheres em papéis de liderança e donas de seus próprios negócios no início do século 20. Essas mulheres atuavam como benfeitoras e editoras de várias obras, autores e veículos de publicação literária.

Durante a publicação de *Ulisses*, Joyce teve a opção de remover várias cenas consideradas obscenas de seu livro ou de enfrentar dificuldades de publicação de sua obra e ele escolher não arriscar sua integridade artística. Apesar de ser um caminho mais difícil com vários obstáculos que prevaleceram até depois da publicação de seu livro – como foi o caso da aquisição de direitos autorais nos Estados Unidos – Joyce permaneceu firme em sua escolha, mesmo precisando esperar mais de uma década para que seu livro fosse legalmente publicado nos Estados Unidos.

Os problemas legais de *Ulisses* em solo americano denunciam falhas na estrutura do sistema de publicação literária no país, evidenciando como suas leis protegiam a mão de obra americana a custo da internacional, sujeitando autores estrangeiros a probabilidade de pirataria e à rejeição de acesso a direitos autorais em território americano. Agentes da alfândega e autoridades do correio usufruíam de um poder decisivo que frustravam tentativas de autores estrangeiros de levar seus livros para o país, enquanto que estatutos de obscenidade tentavam limitar e controlar a criatividade literária de grandes nomes internacionais no início do século XX, como James Joyce.

A análise e observação do caso de censura de *Ulisses* nos Estados Unidos e as dificuldades que Joyce enfrentou para publicar sua obra no país, obra essa que atualmente é considerada parte do cânon literário da literatura ocidental, evidenciam o quanto prejudicial é a censura, tanto para o autor, editoras e finalmente, o leitor, que se encontra, por consequência, privado do acesso às grandes obras de seu tempo devido a

valores governamentais que com o passar do tempo se tornam irrelevantes e antiquados. O caso de *Ulisses* mostra a necessidade da luta contra a censura e agentes de repressão que ainda estão presentes na sociedade atual, para que a criatividade de autores em suas obras literárias não sofra como consequência.

REFERÊNCIAS

AITKEN, Robert. United States of America Libellant, -against- ONE BOOK entitled *Ulysses* by James Joyce. *Litigation*, n. 25, 1998, pp. 51-54.

BEACH, Sylvia. *The letters of Sylvia Beach*. Organização de Keri Walsh. Nova York: Columbia University Press, 2011.

BROWN, Karline. The Public be Banned!, *ALA Bulletin*, n. 38, 1944, pp. 443-448.

ELLICKSON, Robert. Law and Economics Discovers Social Norms. *The Journal of Legal Studies*, n. 27, 1998, pp. 537-552.

FREEDMAN, Ariela. The Metamorphoses of *Ulysses*. *Joyce Studies Annual*. 2009, pp. 67-88.

GOLDING, Alan. *The Dial, The Little Review, and the Dialogics of Modernism*. *American Periodicals*, vol, 15, n. 1, 2005, pp. 42-55.

JENKINS, William. Virginia Woolf and the Belittling of “Ulysses”. *James Joyce Quarterly*, vol. 25, n. 4, 1988, pp. 512-519.

JOYCE, James. *Letters of James Joyce*. Organização de Stuart Gilbert e Richard Ellmann. Nova York: The Viking Press, 1966.

LITZ, A. Walton. The Last Adventures of Ulysses. *Princeton University Library Chronicle*, n. 28, 1967, pp. 63-75.

POUND, Ezra. JOYCE, James. *Pound/Joyce: the letters of Ezra Pound to James Joyce, with Pound's critical essays and articles about Joyce*. Organização de Forrest Read. Nova York: New Directions, 1970.

SPOO, Robert. Copyright Protectionism and Its Discontents: The Case of James Joyce's “Ulysses” in America. *The Yale Law Journal Company, Inc.*, vol. 108, n. 3, New Haven, 1998, pp. 633-667.

TEBBEL, John. *A history of book publishing in the United States*. Massachusetts: Clock and Rose Press, 2003.